



O Núcleo



Boletim da Célula do PCP no ITN - nº 2 / Nov. 2011

A Integração do ITN no IST

Está a ser preparada pelo governo PSD/CDS a integração do Instituto Tecnológico Nuclear (ITN) no Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade Técnica de Lisboa. Esta integração, a verificar-se, corresponderia a uma alteração profunda da natureza e objectivos desta instituição, que é, actualmente, um Laboratório do Estado (LE).

Os LE são instrumentos privilegiados para a implementação de políticas públicas nacionais de investigação e desenvolvimento (I&D) e são também por isso instrumentos fundamentais na defesa da soberania nacional, não só na Ciência mas como em todas as áreas em que estes laboratórios prestam serviços e desenvolvem actividade científica, desde a produção industrial, à agricultura, passando pela saúde pública, ambiente e energia nuclear.

Como a própria CC/CC-ITN salienta: "O ITN tem jurisdição sobre todo o território nacional. Entre as suas responsabilidades contam-se: assegurar obrigações do Estado em matéria de protecção e segurança radiológica de que são exemplos a execução dos programas de monitorização radiológica ambiental; a manutenção do registo central de doses; responsabilidades no quadro do Sistema Nacional de Metrologia; a recolha, acondicionamento e gestão de resíduos radioactivos; a actuação em caso de emergências radiológicas; a representação do Estado em organismos internacionais. Estas responsabilidades decorrem, em parte, de obrigações assumidas pelo Estado Português no quadro da União Europeia, da Agência Internacional de Energia Atómica, entre outras entidades." O ITN conta ainda com instalações e equipamentos cuja dimensão e complexidade de operação requer grande especialização.

A política seguida ao longo dos últimos anos, por sucessivos governos, tem-se traduzido na falta de uma visão estratégica

para os Laboratórios do Estado, no seu subfinanciamento crónico e gritante e na redução de recursos materiais e humanos. Em particular temos assistido às suas consequências com o definhamento progressivo do ITN.

A eventual integração do ITN no IST não resolveria nenhum destes problemas de fundo, elementos perturbadores do seu funcionamento e dos seus profissionais. Aliás, a alteração estrutural e estatutária, somada aos cortes no Ensino Superior Público, resultaria no fim de grupos e linhas de investigação menos rentáveis, com perdas de pessoal experiente e com conhecimentos acumulados únicos, bem como o possível desmantelamento de equipamentos. Caso para se perguntar o que aconteceria ao Reactor Português de Investigação que este ano comemorou 50 anos de existência com uma cerimónia onde não faltaram perspectivas de futuro que estariam agora em causa.

A integração do ITN no IST, a concretizar-se, seria mais um passo atrás demonstrativo da ignorância e falta de perspectiva do governo PSD/CDS.

É fundamental que continue a existir em Portugal um Laboratório do Estado, organicamente autónomo que seja garante de conhecimento técnico e científico nos domínios relacionados com as aplicações pacíficas das tecnologias nucleares, e não dependente das Universidades.

É muito importante que nos mantenhamos atentos, informados e mobilizados pois este tipo de processos (integrações, fusões), com a capa da criação de ganhos e sinergias, geralmente trazem consigo, despedimentos, passagem para a mobilidade especial, com o salário progressivamente reduzido; sem qualquer perspectiva ainda que curta de evolução na carreira e no sistema retributivo e crescentemente expostos à possibilidade do despedimento a prazo.

Editorial

A Célula do PCP no ITN lança o segundo número do seu boletim, O Núcleo. Fazemo-lo numa altura de grande importância para o País e para o nosso instituto. A exploração dos trabalhadores tem aumentado a níveis sem precedentes, as condições de

trabalho degradam-se a cada dia e o ITN como Laboratório do Estado é posto em causa por este Governo. Fazemo-lo com confiança na resposta dos trabalhadores do ITN, na sua unidade e determinação para, com o PCP, construir a alternativa necessária.

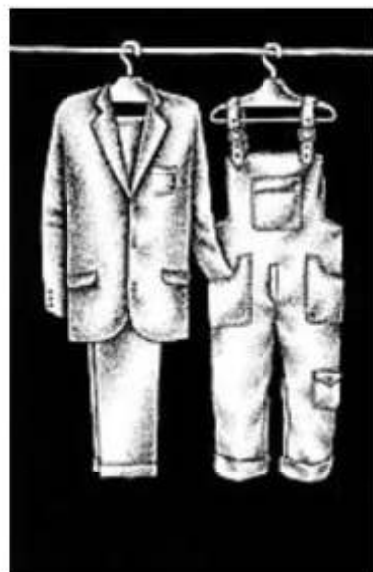
Orçamento de Estado para 2012

Nas intenções do governo para o Orçamento do Estado para 2012 está expressa a opção de classe e a ditadura da redução do défice, que se traduzirá em ainda mais recessão económica e regressão social. No eixo essencial deste Orçamento está o aumento da exploração de quem trabalha:

- ♦ o corte nos salários e pensões;
- ♦ o roubo do subsídio de Natal e de férias à maioria dos trabalhadores e reformados;
- ♦ o alargamento do horário de trabalho em meia hora por dia – que poderá traduzir-se em 16 dias por ano de trabalho não pago por trabalhador, na destruição de cerca de 250 mil postos de trabalho ou na entrega ao grande capital de mais de 7500 milhões de euros;
- ♦ o aumento dos impostos sobre o consumo e os rendimentos do trabalho;
- ♦ o agravamento dos preços da electricidade, combustíveis, portagens, medicamentos, taxas moderadoras e transportes públicos;
- ♦ o corte no investimento público;
- ♦ o encerramento de serviços públicos;
- ♦ a diminuição de apoios sociais;
- ♦ a privatização de empresas públicas.

entre outras medidas previstas no pacto de agressão e que o governo PSD/CDS, com apoio do PS, se prepara para levar ainda mais longe. Este Orçamento significa reforçar a dose do veneno que está a matar a economia, a empobrecer os portugueses e a desgraçar o País. O Comité

Central do PCP apela aos trabalhadores, à juventude, ao povo português para que mobilizem a sua força num grande movimento capaz de derrotar a ofensiva em curso e assegurar a ruptura e mudança, uma política patriótica e de esquerda, para um Portugal com futuro. Como a História do País demonstra é a força da luta que pode fazer frente às mais poderosas ofensivas contra o povo e o País, derrotar a chantagem do conformismo e do medo, e trilhar os caminhos da alternativa.

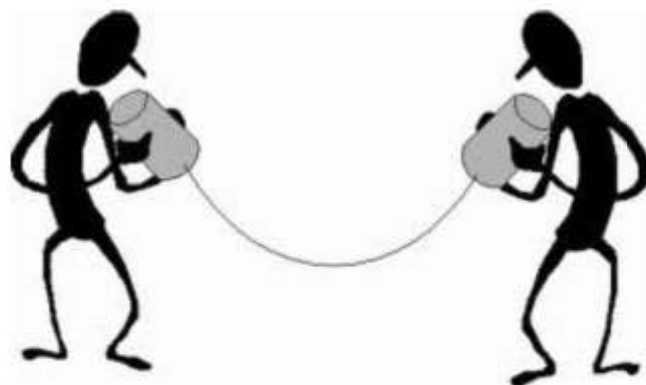


Degradação das condições na Função Pública e no ITN

Apesar das nossas legítimas aspirações, quer de estabilidade no emprego, mas também, de evolução na carreira (progressão e promoção), a marca da governação nos últimos anos (agravada pelo actual governo) tem sido a precarização do vínculo laboral e o congelamento das carreiras, SIADAP. Desde cedo denunciado pelo PCP e combatido pela luta dos trabalhadores, este sistema tem-se demonstrado incapaz de ser o sistema de avaliação de desempenho que a Administração Pública precisa e que valorize os Funcionários Públicos.

Depois de anos de atraso que impediram a evolução na carreira de muitos trabalhadores, provocando, por vezes, uma forte desmotivação, parece estar próxima a conclusão da avaliação dos trabalhadores que se arrasta desde 2004. Este avanço não pode ser desligado da pressão exercida pelo STFPSA, incluindo a denúncia feita à Inspeção Geral de Finanças. Agora é importante não esmorecer a luta e exigir a colocação nos novos índices remuneratórios.

Temos assistido também a uma gradual degradação das condições de trabalho: atrasos nos pagamentos a trabalhadores e fornecedores, cortes nos serviços básicos por falta de pagamento, avaria na central de telefones que impede muitas das comunicações (internas e externas), frequentes rupturas nas condutas de água, rede de vedação/protecção num estado lastimável, lixeiras a céu aberto dentro do campus com todos os problemas de higiene e segurança que podem acarretar, iluminação exterior muito degradada, encerramento do armazém da Química, falta dos mais elementares produtos de limpeza e higiene. Acresce que desde Junho, estamos sem médico do trabalho degradando a já deficiente cobertura dos tra-



balhadores nesta área, havendo trabalhadores que há mais de três anos não fazem análises.

Tudo isto tem responsabilidades divididas. E se no que diz respeito aos atrasos na avaliação de desempenho a responsabilidade recai totalmente no Conselho Directivo do ITN, a degradação das condições de trabalho resulta da conjugação de opções do CD do ITN com a política de austeridade dos governos, primeiro PS agora PSD-CDS. É uma política de ataque aos direitos dos trabalhadores que trouxeram, só em 2011:

- ◆ Cortes nos salários;
- ◆ Cortes no Abono de Família;
- ◆ Congelamento das carreiras, das promoções e das progressões;
- ◆ Cortes no Subsídio de Natal;
- ◆ Aumentos dos Transportes;
- ◆ Aumentos da Electricidade e do Gás
- ◆ Aumentos dos impostos.

A política do Governo PSD-CDS está a provocar recessão económica, austeridade violenta e desigualdades, agravamento do desemprego, empobrecimento da população e enfraquecimento da própria democracia, política económica, social e cultural. É altura de Fazer Frente e de dizer Basta!

24 NOV.
GREVE GERAL

Greve Geral - 24 de Novembro

O Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu convocar uma greve geral para o dia 24 de Novembro, dando seguimento às lutas já realizadas contra o programa de agressão. Saudamos esta decisão do Conselho Nacional da CGTP-IN, perante o agravamento da situação social, sobretudo depois do anúncio de novas medidas a inscrever no Orçamento de Estado, no quadro da ofensiva sem precedentes desencadeada pelo Governo PSD / CDS, contra os trabalhadores. Vamos responder a esta ofensiva com a unidade de todos e fazer desta Greve Geral um marco na viragem de rumo do País...



VII Assembleia da Organização da Região de Lisboa - 5 de Novembro

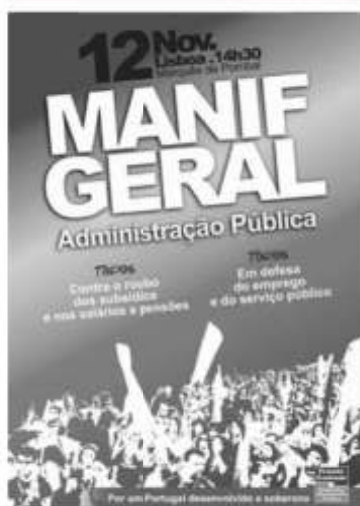
A Organização da Região de Lisboa do PCP realizou no último dia 5 de Novembro a sua Assembleia com o lema "Contra o capitalismo, pela Democracia e o Socialismo. Reforçar o PCP!".

Numa grande demonstração da democracia interna a construção da resolução política (cujo texto estará disponível online) leva meses e culminou no dia 5, numa Assembleia que foi quer de balanço da actividade dos últimos anos quer de perspectiva do trabalho futuro.

O PCP no Parlamento Europeu

O PCP, através do deputado no Parlamento Europeu João Ferreira, solicitou á Comissão Europeia no dia 13 de Outubro que o informasse do seguinte sobre a possível integração do ITN no IST:

- ◆ Sobre que tipo de instituições recaem as atribuições e responsabilidades acima mencionadas em cada um dos restantes 26 Estados-membros? Concretamente, em que outros países estão elas acometidas a instituições universitárias?
- ◆ Que Estados-membros não dispõem actualmente de uma estrutura pública científico-técnica autónoma, especializada nas questões nucleares?



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados - os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

